



**BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO
(ORGANIZADOR)**

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DOMÍNIO DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO NA MEDICINA



**BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO
(ORGANIZADOR)**

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DOMÍNIO DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO NA MEDICINA

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
I58	<p>Inovação tecnológica e o domínio das técnicas de investigação na medicina [recurso eletrônico] / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-056-8 DOI 10.22533/at.ed.568202205</p> <p>1. Medicina – Pesquisa – Brasil. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Silva Neto, Benedito.</p> <p style="text-align: right;">CDD 610.9</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

De forma integrada e colaborativa a nossa proposta certificada pela editora Atena trás ao leitor a obra “Inovação Tecnológica e o Domínio das Técnicas de Investigação na Medicina” contendo trabalhos e pesquisas desenvolvidas no território nacional contendo informações e estudos científicos no campo das ciências médicas e da saúde.

Novas ferramentas tecnológicas em saúde, que compõe um cenário de inovação e desenvolvimento são uma realidade nos hospitais e laboratórios médicos. Novos valores têm sido a cada dia agregados na formação do profissional da saúde, todos eles fundamentais para a pesquisa, investigação e desenvolvimento. Portanto, é relevante que acadêmicos e profissionais da saúde participem cada vez mais dos processos de inovação e desenvolvimento, seja na formação ou na capacitação.

O aumento da utilização da biotecnologia nas pesquisas clínicas, ensaios, teses, desenvolvimento de produtos é dinâmica e exige cada vez mais do profissional. Deste modo, a disponibilização de trabalhos atuais dentro desse contexto favorece conhecimento e desenvolvimento crítico do leitor que poderá encontrar neste volume informações relacionadas à Anestesia, Musicoterapia, Desenvolvimento infantil, Vacinas, Serviços de Saúde Escolar, Doença de Crohn, Tuberculose, Hemorragia subaracnóidea, Transfusão sanguínea, Cirurgias Eletivas, Leishmaniose, Insuficiência Renal, Unidades de Terapia Intensiva, dentre outros.

Assim, a obra “Inovação Tecnológica e o Domínio das Técnicas de Investigação na Medicina” apresenta ao leitor uma técnicas bem fundamentadas e aplicáveis. Finalmente compreendemos que a divulgação científica é fundamental para o desenvolvimento e avanço da pesquisa básica em nosso país, por isso destacamos também a importância da Atena Editora com estrutura capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para acadêmicos, docentes e profissionais da saúde.

Desejo à todos uma excelente leitura!

Benedito Rodrigues da Silva Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EVOLUÇÃO DA ANESTESIA NO BRASIL, A DISPONIBILIDADE DE FÁRMACOS TERAPÊUTICOS E AS LEIS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Danyelle Célli Bedendo Marco	
DOI 10.22533/at.ed.5682022051	
CAPÍTULO 2	5
A EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQ+ NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE	
Anderson de Castro Remedio	
DOI 10.22533/at.ed.5682022052	
CAPÍTULO 3	12
A HISTÓRIA DA MUSICOTERAPIA NO TRATAMENTO MÉDICO	
Juliana Coutinho Paternostro Isadora Cristina de Almeida Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.5682022053	
CAPÍTULO 4	18
A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO NAS DIFERENTES FASES DE DESENVOLVIMENTO DO LACTENTE	
Mariana Lima Vale Karla Vitória da Silva Bandeira Jayanne Castro Aguiar Natasha Jereissati Marinho de Andrade Maria Carolina Dinelly Carneiro Tiago Gomes Sarmiento Carlos Augusto Assunção Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.5682022054	
CAPÍTULO 5	22
ACIDENTES COM SERPENTES NOTIFICADOS EM SOBRAL-CE NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
Ives Ribeiro Ponte Jayni Thamilis Carneiro Portela Jorge Pessoa Campelo Roberta Lomonte Lemos de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.5682022055	
CAPÍTULO 6	25
ANÁLISE DO NÚMERO DE DOSES APLICADAS DA VACINA HPV QUADRIVALENTE FEMININO DE 9 A 14 ANOS NO PERÍODO DE 2014 A 2019 NA REGIÃO DE SAÚDE DO BAIXO AMAZONAS	
Camila Paranhos Vieira Marcos Daniel Borges Melo Joás Cavalcante Estumano Alana Carla Sousa Carvalho Grazielle Santos Guimarães Sávio Fernandes Soares	

Francisco Lucas Bonfim Loureiro
Antônia Regiane Pereira Duarte Valente

DOI 10.22533/at.ed.5682022056

CAPÍTULO 7 35

**APLICABILIDADE DA LIMITAÇÃO DE SUPORTE DE VIDA E A HUMANIZAÇÃO NA
MEDICINA BRASILEIRA**

Mariana Martins Castro
Rafisah Sekeff Simão Alencar

DOI 10.22533/at.ed.5682022057

CAPÍTULO 8 43

**CONHECIMENTO SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS DE
DISCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SANTARÉM, PARÁ, BRASIL**

Alana Carla Sousa Carvalho
Matheus Sallys Oliveira Silva
Tiago Sousa da Costa
Carlos Eduardo Amaral Paiva
Ana Gabriela Chagas dos Santos
Rayssa Araújo Carvalho
Adjanny Estela Santos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.5682022058

CAPÍTULO 9 51

TRAUMA RAQUIMEDULAR: CAPACITANDO A COMUNIDADE ACADÊMICA

Milton Francisco de Souza Júnior
Milena Maria Pagel da Silva
Gabrielly da Silva Costa
Ana Flavia Ribeiro Nascimento
Brunno Gomes Pinho
João Victor Castro Pires
Adriele Feitosa Ribeiro
Helen Soares Lima
Roberta Marques Ferreira da Silva
Francisco Ribeiro Picanço Júnior
Marcos Paulo Oliveira Moreira
Lucas Lopes Sá

DOI 10.22533/at.ed.5682022059

CAPÍTULO 10 58

**CUIDADOS PALIATIVOS COMO REFLEXO DA HUMANIZAÇÃO NO CONTEXTO
BRASILEIRO**

Rafisah Sekeff Simão Alencar
Mariana Martins Castro

DOI 10.22533/at.ed.56820220510

CAPÍTULO 11 67

DOENÇA DE CROHN: RELATO DE CASO CLÍNICO

Gabriela Alves Luz
Andressa Barros de Sousa Nascimento
Ives do Nascimento Monteiro
Gabriela Coleta Schneider

Marcos Fernando Câmara Maranhão
Vinícius Raposo de Sousa Lima
Isadora Lima Pereira
Bruna Martins Pereira
Bruna Brito Feitosa
Ângela Falcai

DOI 10.22533/at.ed.56820220511

CAPÍTULO 12 75

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE CASOS DE TUBERCULOSE NO CEARÁ

Séphora Santiago Rodrigues Pereira da Silva
Bárbara Prado de Albuquerque
Bárbara Timbó Cid
Eduarda Bandeira Mascarenhas
Fernanda Mesquita Magalhães
Ivina Maria da Silva Ribeiro Leite
Letícia Bandeira Mascarenhas Lopes

DOI 10.22533/at.ed.56820220512

CAPÍTULO 13 78

IMPACTOS BENÉFICOS DAS ATIVIDADES PRÁTICO-TEÓRICAS DA LIGA DE ANESTESIOLOGIA E DOR SOBRALENSE: RELATO DA EXPERIÊNCIA

Raffaella Neves Mont'alverne Napoleão
Ana Beatriz Gomes Santiago
Victor Lavinias Santos
Míria Conceição Lavinias Santos
Rafaelly Maria Pinheiro Siqueira

DOI 10.22533/at.ed.56820220513

CAPÍTULO 14 87

MANEJO DA HIDROCEFALIA NO PÓS-OPERATÓRIO DE ANEURISMA CEREBRAL

Jéssica Estorque Farias
Maria Elizabeth Estorque Farias
Janine Zaban Carneiro
Juliana Fernandes Polary Sousa
Anne Nathaly Araújo Fontoura
Carolina Almeida Silva Balluz
Isabella Silva Aquino dos Santos
Jéssica Islane Amorim de Sá
Luiz Eduardo Luz Sant'Anna
Glenda Cristina Viana Barbosa
Nathalia dos Santos Monroe
Larissa Soares Brandão de Sales

DOI 10.22533/at.ed.56820220514

CAPÍTULO 15 93

NÚCLEO ACADÊMICO DO SIMERS: IMPACTANDO NA VIDA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA E COMUNIDADE

Natália Boff De Oliveira
Luana Dias Claudino
Vinícius De Souza
Johana Grigio
Scarlet Laís Orihuela

Bruna Favero
Bruno Moll Ledur Gomes
Luísa Plácido Janssen
Henrique Bertin Rojas
Pedro Lucas Damascena Miranda
Letícia Paludo
José Renato Gonçalves de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.56820220515

CAPÍTULO 16 98

O IMPACTO DA HEMOTRANSFUSÃO EM CIRURGIAS ELETIVAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Natalia Abreu Silva Vieira
Naiara Ferro de Araújo
Lissa Rosário Medeiros de Araújo
Mariana Augusta Araújo de Amorim Medeiros
Anne Karolynne Martins de Alencar
Thomas Jefferson Araújo
Danielle Rocha do Val

DOI 10.22533/at.ed.56820220516

CAPÍTULO 17 100

ÓBITOS E CASOS NOTIFICADOS DE LEISHMANIOSE VISCERAL ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2017 NO ESTADO DO CEARÁ

Maria Iara Carneiro da Costa
Ednara Marques Lima
Rochelle Andrade Feitosa do Nascimento
Ana Kalyne Marques Leandro
Yarla Santos de Figueiredo Lima Cavalcante
Cibele Malveira Linhares Furtado de Vasconcelos
José Jackson do Nascimento Costa

DOI 10.22533/at.ed.56820220517

CAPÍTULO 18 103

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS EM UM ESTADO DO NORDESTE BRASILEIRO (2007-2017)

Francisco Lucas de Lima Fontes
Pedro Henrique Moraes Mendes
Alexsandra Maria Ferreira de Araújo Bezerra
Josélia Costa Soares
Selminha Barbosa Bernardes Senna
Denise Sabrina Nunes da Silva
Mariza Inara Bezerra Sousa
Rawenna Tallita da Costa Bandeira
Rita de Cássia da Silva Nascimento Lemos
Ilana Isla Oliveira
Rafael da Silva Nascimento
Márcia Sandra Rêgo de Sousa
Francisca Jéssica Abreu da Silva
Pedro Lucas Alves Ferreira
Suhelen Maria Brasil da Cunha Gama

DOI 10.22533/at.ed.56820220518

CAPÍTULO 19	115
PERFIL POPULACIONAL DOS CASOS DE PICADA DE ESCORPIÃO NO PERÍODO DE 2013 A 2017 EM JUAZEIRO DO NORTE-CE	
Eduarda Bandeira Mascarenhas	
Bárbara Prado de Albuquerque	
Camila Santos Luz	
Séphora Santiago Rodrigues Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.56820220519	
CAPÍTULO 20	117
PRINCIPAIS COMORBIDADES DE PACIENTES INTERNADOS POR INSUFICIÊNCIA RENAL NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DO HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DR. WALDEMAR PENNA	
Marcos Daniel Borges Melo	
Camila Paranhos Vieira	
Joás Cavalcante Estumano	
Ana Caroline de Macedo Pinto	
Caio Vitor de Miranda Pantoja	
Patricia Klegin	
Carla Sousa da Silva	
Kerolaine Alexsandra Soares dos Santos	
Antônia Regiane Pereira Duarte Valente	
DOI 10.22533/at.ed.56820220520	
CAPÍTULO 21	127
SEXUALIDADE NA MELHOR IDADE: ULTRAPASSANDO BARREIRAS	
Maria Victória Marques Polo	
Mariana Costa Zoqui	
Ana Lídia Marques Sartori	
Luciane Cristine Ribeiro Rodrigues	
Vanessa Clivelaro Bertassi Panes	
Juliana Gonçalves Herculian	
DOI 10.22533/at.ed.56820220521	
SOBRE O ORGANIZADOR	140
ÍNDICE REMISSIVO	141

A EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQ+ NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE

Data de aceite: 13/05/2020

Anderson de Castro Remedio

RESUMO: Este trabalho objetivou compreender como foi a conquista dos direitos da comunidade LGBTQ+ dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o Ministério da Saúde (MS) vem implantando o Processo Transexualizador (PrTr) no poder público de saúde. A pesquisa foi feita através de análise de literatura de documentos oficiais de domínio público e do Comitê Técnico de Saúde LGBT (CTSLGBT) do MS e no acompanhamento das ações de implementação da Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) por comitê específico designado pelo MS. Mesmo com grandes avanços nessa área e nesse assunto, há muitos desafios impostas pelos setores conservadores tanto o legislativo quanto o executivo que ameaça o retrocesso. Por isso, a evidencia dos direitos já adquiridos é uma forma da manutenção e potencialização dos direitos dessa comunidade no SUS.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, Pessoas transgênero, Procedimentos de readequação sexual Transexual, Comunidade LGBTQ. Preconceito

ABSTRACT: This work aimed to understand how the rights of the LGBTQ + community were achieved within the Unified Health System (SUS), as well as the Ministry of Health (MS) has been implementing the Transexualizador Process (PrTr) in the public health authorities. The research was carried out through an analysis of the literature of official documents in the public domain and the LGBT Health Technical Committee (CTSLGBT) of the MS and in the monitoring of the implementation actions of the National Comprehensive Health Policy for Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals (PNSILGBT) by a specific committee appointed by the MS. Even with great advances in this area and in this matter, there are many challenges imposed by the conservative sectors, both the legislative and the executive that threatens the setback. Therefore, the evidence of the rights already acquired is a way of maintaining and enhancing the rights of this community in the SUS.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os transexuais e travestis estão ganhando mais espaço e direitos no Processo Transexualizador (PrTr), garantindo assim, as diretrizes do SUS como: equidade, universalidade e integralidade.

Porém, junto às leis, surgem as responsabilidades das entidades em saúde, como capacitar os profissionais que irão receber essa demanda.

Com a designação “pessoa transgênero”, entende-se aquela que tem identidade de gênero diversa da imposta pelos padrões binários. As pessoas transexuais subvertem a crença no sexo de nascimento como determinante da identidade de gênero, por isso o ser humano que não segue a lógica binária e dicotômica (homem-mulher) pode sofrer preconceitos, discriminação e violência, já que, a sociedade brasileira ainda é patriarcal e tradicional.

Com isso, a LGBTQ+fobia é um grande limbo entre a comunidade LGBTQ+ e o serviço de saúde, comprometendo assim a assistência de integralidade. Com receio de ser alvo de preconceito e discriminação, a pessoa LGBTQ+, ao procurar os serviços de saúde, muitas vezes, omite sua condição ou têm sua sexualidade presumida pelos profissionais como heterossexual. Tudo isso, pode dificultar a adesão às orientações médicas. Conclui-se então que, é necessário medidas que possam tornar o ambiente dos serviços de saúde mais acolhedores e receptivos a sociedade moderna, não se alinhando à norma patriarcal da matriz binária heterossexual para os gêneros.

Para exemplificar o horizonte de discriminação no território brasileiro, dados do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (2012) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) demonstraram que naquele ano foram registradas 3.084 denúncias e 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas. em 2011, houve um aumento de 183,19% das vítimas. Os dados hemerográficos desse relatório apontam que as pessoas trans seguem sendo as maiores vítimas de violência LGBT e justamente as violências de maior gravidade, homicídios e lesões corporais. Porém os são subestimados *já que muitos violentados não denunciam*. De acordo com a Organização Não Governamental Transgender Europe, o Brasil é o país onde mais cometem homicídios de pessoas trans no mundo. Entre janeiro/2008 e abril/2013, foram 486 mortes, quatro vezes a mais que no México, segundo colocado.

Segundo a Agencia Brasil, no ano de 2017 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) foram mortos em crimes motivados por homofobia, ou seja aumento de 357,81%. O número representa uma vítima a cada 19 horas. Portanto, a partir do reconhecimento da complexidade dos determinantes sociais da vida e da saúde das pessoas trans e da comunidade LGBTQ+, faz-se necessário a implementação de políticas públicas que diminuam o estigma e contribuam com o processo saúde-doença.

Um dos percussores em estudos de pessoas transexuais foi o endocrinologista alemão Harry Benjamin, que publicou o livro O fenômeno Transexual (1966), o qual estabelecia critérios para diagnosticar pessoas transexuais, sendo um deles a

abjeção de longa permanência em relação à genitália, identificada hoje como disforia de gênero.

A potência pela procura dos serviços públicos de saúde pela população trans teve o início na década de 80, no começo da epidemia da AIDS. Passados cerca de trinta anos do início daquela epidemia, os/as transexuais ampliaram a sua conquista de acesso aos serviços públicos de saúde, o SUS. Um procedimento pautado no modelo biomédico: o Processo Transexualizador (PrTr). Instituído e regulamentado pelo MS, através de Portarias que definem as diretrizes nacionais para o processo, assegura desde 2008 o direito da pessoa transexual à cirurgia de redesignação sexual. O PrTr compreende um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam as pessoas transexuais em determinado momento de suas vidas.

A regulamentação do PrTr no SUS trata de uma normatização que tem como objetivo resgatar os princípios da universalidade do acesso, a integralidade na atenção e a equidade no atendimento, principalmente nos âmbitos físicos e psicossociais implicadas no processo de transformação à transexualidade, possível pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), formulada em 2011, garantindo assim, o acesso ao PrTr nessa rede.

E através disso que surgiu a ideia desse trabalho, em descrever, a partir da análise de literatura, a evolução da população LGBTQ+ no Sistema Público de Saúde, pois essas conquistas são além de uma conquista jurídica, e sim, social.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste na análise de literatura de documentos oficiais de domínio público e do Comitê Técnico de Saúde LGBT (CTSLGBT) do MS e no acompanhamento das ações de implementação da Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) por comitê específico designado pelo MS, no contexto dos serviços envolvidos e os efeitos alcançados, tendo o balance quantitativo quanto qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os direitos da comunidade LGBTQ+ teve início em 1978, com o grupo Somos, grupo que lutava pelos direitos dos homossexuais. Posteriormente, em 1990, surge a *Associação das Travestis e Liberados do Estado do Rio de Janeiro*, pautando assuntos dentro da população Trans, dentre eles a epidemia de AIDS.

Em 2004 foi instituído pelo Executivo o programa “ Brasil sem homofobia”, criando o grupo CTSLGBT, a fim de assegurar políticas, programas, ações contra

discriminação, universalidade e a equidade ao acesso de serviços públicos, que resultaram na formalização do CTSLGBT do MS, cujo foco de estruturar uma Política Nacional de Saúde, produção científica sobre a saúde da população LGBTQ+ e por último a capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento dessa comunidade. Importante ressaltar que o CTSLGBT é composto por representantes do coletivo LGBTQ+, já que são eles que sofrem pela ignorância humana.

Em 2002, com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.652/2002, que autoriza a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia como tratamento dos casos de transexualidade, serviu de base para a garantia do nome social em 2006, para a inclusão da análise da determinação social na 13ª Conferência Nacional de Saúde em 2007 e para a Portaria nº 457, 19 de agosto de 2008, dando origem a criação de centros especializados e preparação do Sistema Único de Saúde (SUS) com a criação do código 153 para o PrTr. *Nessa perspectiva, o MS reconhece que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de adoecimento e sofrimento decorrente do preconceito. Assim, o MS instituiu em 2011 a PNSILGBT.*

O acesso aos serviços de saúde integral das pessoas trans está relacionado a fatores que podem ser localizados nas dimensões individual, social e programática, que aumentam ou diminuem a vulnerabilidade ao adoecimento delas. A implementação da PNSILGBT traz ações para que as pessoas trans possam transitar nas dependências do SUS, para que tratem de sua saúde em espaços que em eras passadas era impensável encontrar. Com o propósito de sintetizar a sequência histórica dos principais momentos que contribuíram para a construção da PNSILGBT, segue-se o texto abaixo.

- 1988: Constituição Federal: Saúde é direito de todos e dever do Estado
- 1990: Associação das travestis e Liberados do Rio de Janeiro- ASTRAV
- 2004: Criação do CTSLGBT/MS, 29 de janeiro como o Dia da Visibilidade Trans
- 2006: Conselho Nacional de Saúde
- 2007: 13ª Conferência Nacional de Saúde
- 2008: Programa Mais Saúde – Direito de Todos, PrTr implantado no SUS, 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT
- 2009: Aprovado a Política Nacional de Saúde Integral LGBT
- 2011: Publicado a Política Nacional de Saúde Integral LGBT
- 2013: Inclusão do nome social no Cartão do SUS
- 2015: Lançamento do Livro Transexualidade e Travestilidade na Saúde/MS, 1ª oferta do curso UMA-SUS/UERJ Política Nacional LGBT

CONCLUSÃO

A implantação do SUS, teve um avanço na política de saúde direcionada à população LGBTQ+. A linha do tempo evidencia o esforço árduo tanto na esfera social e política, na conquista do acesso do PrTr, que a partir de 2008 a população Trans passou a ter atendimento a partir de suas especificidades através dos ambulatórios e hospitais habilitados para o mesmo e a constituição da PNSILGBT. Pode-se que o Ministério da Saúde demonstra esforço para por em prática os eixos da PNSILGBT, seja na garantia do acesso à saúde das pessoas trans, na tentativa de estabelecer portas de entrada, nas ações de vigilância em saúde, na formação de profissionais para a qualificação do atendimento e na avaliação e monitoramento das ações em saúde. Nesse sentido os esforços requerem o envolvimento dos movimentos sociais e do controle social para efetivação do respeito à diversidade junto ao SUS, uma vez que as portarias que abriram as portas para os atuais direitos, pode ser revogada, significando o retrocesso perante esse assunto. Por isso, é de suma importância que haja debates e movimentos sociais, para que o conservadorismo não assuma a frente de algo que é garantido pela constituição.

REFERÊNCIAS

- Observatório de Segurança. Balanço da I Conferência Nacional GLBT. [periódico na Internet]. 2008 [acessado 2015 dez 13]. Disponível em: <http://goo.gl/6YX9PS>
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Brasília: MS; 2006. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Relatório final: 13ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: MS; 2008
- Observatório de Segurança. Balanço da I Conferência Nacional GLBT. [periódico na Internet]. 2008 [acessado 2015 dez 13]. Disponível em: <http://goo.gl/6YX9PS>
- Brasil. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.652 de 2002. Diário Oficial da União 2002; 2 dez.
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 2.837, de 1º de dezembro de 2011. Redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Comitê Técnico LGBT). Diário Oficial da União 2011; 2 dez.
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT. Brasília: MS; 2011.
- Robles R, Fresán A, Ramírez HV, Islas JC, Pérez VR, Martínez TD. Removing transgender identity from the classification of mental disorders: a Mexican field study for ICD-11. *Lancet Psychiatry* 2016; 3(9):850-859.
- Brasil. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transsexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde (SUS). Diário Oficial da União 2008; 20 ago.

dos Santos, M. A., de Souza, R. S., da Silva Lara, L. A., de Oliveira, W. A., Alexandre, V., & de Oliveira-Cardoso, É. A. (2019). Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 03-19.

Brasil, Ministério da Saúde (2008a). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde. Recuperado em 28 de maio de 2019, de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

Brasil. Ministério da Saúde (2008b). Mais saúde: direito de todos: 2008-2011. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado em 28 de maio de 2019, de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mais_saude_direito_todos_3ed.pdf.

Cardoso, M. R., & Ferro, L. F. (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 552-563. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>.

Cerqueira-Santos, E., Calvetti, P. U., Rocha, K. B., Moura, A., Barbosa, L. H., & Hermel, J. (2010). Percepção de usuários gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do Sistema Único de Saúde. *Revista Interamericana de Psicologia*, 44(2), 235-245. Recuperado em 24 de maio de 2019, de <http://www.redalyc.org/pdf/284/28420641004.pdf>.

Ferraz, D., & Kraiczky, J. (2010). Gênero e políticas públicas de saúde: construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), 70-82. Recuperado em 24 de maio de 2019, de <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/428>.

Gomes, A. P., & Rego, S. (2011). Transformação da educação médica: é possível formar um novo médico a partir de mudanças no método de ensino-aprendizagem? *Revista Brasileira de Educação Médica*, 35(4), 557-566. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022011000400016>.

<http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00200011>

Lima, M. C. P., & Cerqueira, A. T. A. R. (2008). Crenças sobre sexualidade entre estudantes de Medicina: uma comparação entre gêneros. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32(1), 49-55. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022008000100007>.

Lionço, T. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade no processo transexualizador no SUS: avanços, impasses e desafios. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 43-63. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>.

Melo, A. P. L. (2010). "Mulher mulher" e outras mulheres": gênero e homossexualidade(s) no Programa de Saúde da Família. Dissertação (Mestrado). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Moscheta, M. S., & Santos, M. A. (2010). Inclusão e o desafio de criar formas de investigação colaborativa: um relato de experiência. *Saúde e Transformação Social*, 1(1), 154-159. Recuperado em 24 de maio de 2019, de <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/415/447>.

Popadiuk, G. S., Oliveira, D. C., & Signorelli, M. C. (2017). A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(5), 1509-1520. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.32782016>

Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. (2013). Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*; 20 novembro 2013.

Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. (2008). Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*; 20 agosto 2008.

Rocon, P. C., Sodré, F., & Rodrigues, A. (2016). Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. *Revista Katálysis*, 19(2), 260-269. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00200011>.

Silva, M. C. B. A. (2014). Sentidos da diversidade sexual entre estudantes de Medicina. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Brasil. "Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde (SUS)." *Diário Oficial da União* (2008).

Brasil. "Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)." *Diário Oficial da União* (2013).

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1509-1520, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aleitamento 18, 19, 20, 21
Anestesia 1, 2, 3, 4, 16, 78, 81
Anestesiologia 78, 79, 80, 81, 83, 85
Aneurisma cerebral 87, 88, 91
Animais peçonhentos 22, 23, 24, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Aprendizagem 10, 79, 80, 82
Aracnídeo 116
Artrópodes 116

B

Bothrops 22, 23, 108, 109, 110

C

Casos notificados 23, 100, 101, 105, 107
Ceará 22, 23, 75, 76, 77, 78, 81, 100, 101, 102, 115, 116
Cirurgias eletivas 98, 99
Comorbidade 118
Comunidade 2, 5, 6, 7, 8, 15, 34, 51, 52, 53, 56, 84, 93, 97
Conhecimento 31, 34, 35, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 53, 55, 56, 60, 64, 78, 79, 80, 82, 85, 94, 95, 96, 106, 111, 127, 130, 131, 136, 137, 138
Crotalus 22, 23, 109, 110
Cuidados paliativos 39, 40, 41, 42, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

D

Desenvolvimento infantil 19
Doença de crohn 67, 68, 73, 74
DOENÇA DE CROHN 73
Doença inflamatória intestinal 68

E

Ensino 10, 43, 45, 46, 48, 50, 52, 53, 64, 78, 79, 80, 82, 83, 103, 120, 121, 126, 132, 136
Epidemiologia 21, 53, 76, 104, 113, 114
Evolução 1, 4, 5, 7, 22, 23, 24, 70, 75, 100, 101, 102, 108, 112

F

Fármacos 1, 3, 69, 72, 78, 81

H

História 2, 4, 12, 16, 82

HPV 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 45

Humanismo 35, 37, 63, 65, 66

Humanização 15, 35, 37, 42, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66

I

Idoso 127, 128, 129, 133, 134, 136, 137, 138

Infecção 27, 28, 33, 34, 45, 46, 72, 73, 88, 89, 100, 101, 102, 114, 132, 133, 136

Infecções 26, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 120, 123, 127, 129, 133, 138

L

Leis 1, 3, 4, 6

Leishmaniose visceral 100, 101, 102

LGBTQ 5, 6, 7, 8, 9

Ligas acadêmicas 78, 79, 80, 82, 85, 86, 95

M

Manejo da dor 12

Micrurus 22, 23, 109

Morte 3, 12, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 58, 60, 63, 64, 66, 99, 105

Musicoterapia 12, 13, 14, 15, 16, 17

N

Núcleo acadêmico 93, 94, 96

Nutrição 19

O

Óbito 3, 23, 41, 42, 65, 100, 101, 108, 109, 120, 123

P

Papillomaviridae 26

Papillomavirus 26

Pessoas transgênero 5

Políticas públicas 5, 6, 10, 53, 56, 138

Preconceito 5, 6, 8

Q

Quadrivalente 25, 26, 28, 29, 30, 33

S

Serviços de saúde escolar 44

Sindicato 93, 94

SUS 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 60, 106, 120, 132

T

Terminalidade 35, 37, 39, 40, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66

Transfusão sanguínea 98, 99

Tratamento 4, 8, 12, 13, 16, 24, 34, 35, 40, 43, 45, 53, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 91, 92, 98, 100, 102, 113, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 131

Tuberculose 75, 76, 77

U

Universidade 10, 11, 12, 15, 16, 25, 35, 43, 50, 51, 57, 58, 67, 74, 78, 80, 84, 87, 93, 94, 95, 97, 103, 104, 113, 115, 117, 125, 126, 140

V

Vacinas 26, 32, 33, 34

Venenos de escorpião 116

Vida 6, 11, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 51, 52, 53, 56, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 72, 73, 84, 88, 93, 94, 95, 98, 122, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138

 **Atena**
Editora

2 0 2 0